



O Diretor Geral da ABP, Abraão de Vasconcelos, discursando na sessão inaugural da Conferência Internacional sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo organizada pela Comissão "C" do Parlamento Nacional como preparação da discussão da legislação sobre o assunto sugerida ao Parlamento pela ABP obedecendo a orientações acordadas internacionalmente.

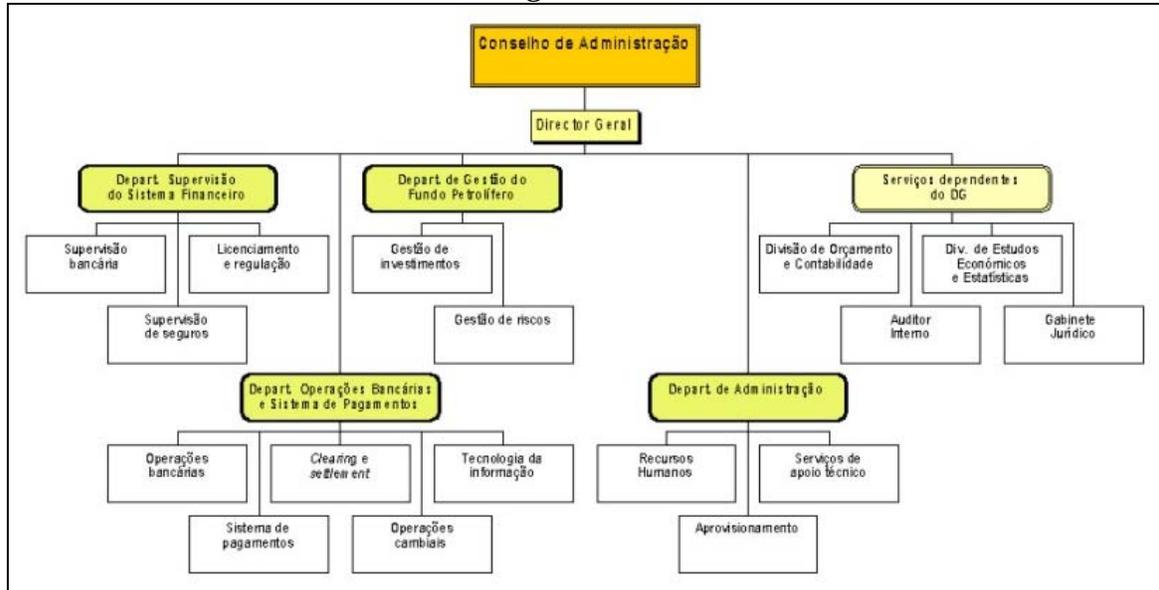
3 – Organização, governação e atividades

À semelhança dos relatórios anteriores, neste capítulo dá-se uma panorâmica da estrutura de governação da ABP e referem-se as mais importantes atividades levadas a cabo durante o ano financeiro de 2010/11 nos domínios pelos quais a Autoridade é responsável no nosso país bem como nos relacionados com o reforço e consolidação das suas próprias capacidades institucionais e que desembocaram na aprovação da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste pelo Parlamento Nacional e sua publicação em 15 de Junho de 2011. Como consequência, o BCTL nascerá oficialmente no dia 13 de Setembro de 2011, extinguindo-se então a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, sucedendo aquele a esta em todos os domínios da sua atuação.

3.1– Organização e governação da ABP

A Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste (ABP) é uma entidade pública autónoma que presta contas ao Primeiro Ministro da RDTL mas que goza de completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira de qualquer outra entidade.

Estrutura organizativa da ABPT-L



Nota: a amarelo assinalam-se os principais departamentos em que está organizada a instituição. O responsável máximo da ABP é o seu Conselho de Administração (órgão coletivo) a que preside o Diretor-Geral

Os principais objetivos da ABP são alcançar e manter a estabilidade dos preços internos a um nível considerado economicamente saudável (normalmente cerca de 2-3%), assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro orientado pelos princípios do mercado, executar a política cambial do país e promover um sistema de pagamentos seguro, forte e eficiente. Tudo isto tem como pano de fundo a contribuição dos sistema financeiro em geral para o desenvolvimento económico do país.

De modo a alcançar estes objetivos, a ABP desenvolve regularmente --- nomeadamente no ano financeiro findo --- as seguintes atividades:

- Aconselha o governo nos assuntos monetários e bancários;
- Assegura uma oferta adequada de notas de USD e de moedas de centavos;
- Opera e supervisiona o sistema nacional de pagamentos;
- É o banqueiro do Estado;
- Licencia, regulamenta e supervisiona as instituições financeiras que operam no país, particularmente bancos, companhias de seguros e casas de câmbios;
- Compila as estatísticas monetárias e financeiras bem como a balança de pagamentos;
- Desenvolve estudos económicos de interesse sobre a economia de Timor-Leste

Adicionalmente e por determinação da Lei do Fundo Petrolífero em vigor desde 2005, a ABP gere desde o seu início (Setembro de 2005) o Fundo Petrolífero de Timor-Leste.

O principal órgão de governação da ABP é o Conselho de Administração. Este determina as estratégias e as políticas de atuação da instituição. O Diretor Geral é o principal responsável executivo e é apoiado no processo de tomada de decisões por um Comité de Gestão que reúne os responsáveis dos vários Departamentos da “Autoridade”.

A composição do Conselho de Administração e do Comité de Gestão é indicada no final deste relatório.

A ABP está atualmente organizada em quatro grandes departamentos de acordo com as várias atividades que desenvolve:

- Supervisão do Sistema Financeiro
- Sistemas Bancário e de Pagamentos
- Fundo Petrolífero
- Administração.

Para além disso existem ainda algumas unidades independentes destes departamentos e que reportam diretamente ao Diretor Geral. É o caso da Divisão de Orçamento e Contabilidade, a Divisão de Estudos Económicos e de Estatísticas e os Gabinetes Legal e do Auditor Interno. A ABP desempenha ainda as funções de secretariado do Conselho Consultivo para o Investimento, um órgão de apoio à gestão do Fundo Petrolífero.

Como lema da atividade da Autoridade e dos seus funcionários foi estabelecido um conjunto de grandes princípios sintetizados sob a sigla “TIMOR” correspondente a Transparência, Integridade, Mobilização, “Ownership” e Responsabilidade.

3.2 - Atividades da ABP

A ABP continuou a promover a estabilidade monetária e financeira do país através de várias atividades levadas a cabo durante o ano de financeiro de 2010/11. Apesar de se tratar de uma instituição relativamente jovem e com falta de recursos humanos com um nível de qualificação média adequado (ainda que em crescimento), a ABP tem conseguido desempenhar cabalmente as funções que lhe estão confiadas e que se aproximam das de um qualquer outro banco central. É esta “proximidade” que ajudou a criar as condições da sua passagem a Banco Central de Timor-Leste (BCT-L).

Durante o ano financeiro que aqui se analisa foram debatidas internamente e adotadas várias políticas visando o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e de um sistema de pagamentos eficaz. Esta tarefa esteve a cargo dos vários Departamentos da Autoridade, cuja atividade se sumaria abaixo.

3.2.1 - Supervisão do Sistema Financeiro

Supervisão de Seguros

Durante o ano financeiro iniciou a sua atividade a primeira companhia de licenciada para desenvolver atividade seguradora em Timor Leste: a *National Insurance of Timor-Leste (NITL)*. Este início de atividade foi possível graças à licença definitiva concedida por decisão do Conselho de Administração da ABP (nº 04/2009) datada de 3 de Abril de 2009. A licença abrange as classes gerais de seguros tais como o seguro automóvel, de trabalho, de construção, de imóveis e de carga marítima. Posteriormente a empresa solicitou --- e foi concedida --- licença para atuar noutros ramos, nomeadamente o de acidentes pessoais e seguros de viagem.

No final do ano financeiro estava em fase de conclusão do seu processamento o pedido de licença para a atividade seguradora por parte de outra companhia do ramo.

Para além da sua atividade regular, a ABP esteve ativamente envolvida na realização, em Díli, da XIV^a Conferência e 9^a Assembleia Geral da ASEL, a associação de supervisores de seguros dos países lusófonos, que decorreu entre 29 de Novembro e 1 de Dezembro de 2010. Na reunião, que se realiza rotativamente num país lusófono diferente, estiveram presentes delegações de Angola, Brasil, Macau, Portugal e Timor-Leste bem como um representante da Associação Internacional de Supervisores de Seguros.

Uma instrução da ABP sobre seguros de veículos automóveis introduziu o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, tendo sido realizadas reuniões com várias entidades para prestar informações sobre o assunto.

Licenciamento e Regulação

A ABP recebeu no período em análise um total de 6 (seis) candidaturas que foram e estão a ser atualmente objeto de análise. As candidaturas são de candidatos ao exercício da atividade bancária, companhias de seguros e intermediários de seguros bem como para outras instituições suscetíveis de aceitarem depósitos de clientes. Vários outros investidores contactaram também a ABP a fim de obterem informações necessárias a um eventual futuro investimento nos setores supervisionados pela Autoridade. Algumas candidaturas foram recusadas e devolvidas aos candidatos por não cumprirem os critérios mínimos, exigentes, exigidos pela ABP para a concessão de licenças.

No desempenho da sua atividade de regulador do sistema financeiro nacional, foram mandadas publicar no Jornal da República as seguintes instruções depois de devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da ABP:

- a) Instrução Pública nº 06/2010, sobre o Licenciamento e Supervisão de Outras Instituições Recetoras de Depósitos, com o objetivo de promover a oferta de serviços financeiros ao conjunto da população do nosso país mas protegendo devidamente os legítimos interesses dos depositantes;
- b) Instrução Pública sobre Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos, com a finalidade de assegurar que os veículos registados são segurados a fim de proteger os interesses dos condutores garantindo a devida compensação no caso de morte ou danos físicos causados pelos veículos motorizados.

Supervisão Bancária

Durante o ano financeiro 2010-11 a ABP prosseguiu a sua atividade normal de supervisão sobre o sistema bancário do país concentrando-se a sua atividade na inspeção, na própria ABP, de documentação apropriada disponibilizada pelos bancos. Não foi feita nenhuma inspeção nas instalações de nenhum dos bancos operando no país mas foi realizada uma inspeção “*on site*” a uma casa de câmbios.

Para cumprir os requisitos exigidos na Instrução da ABP nº 2/2004 sobre a prevenção do branqueamento de capitais, identificação de clientes e registos contabilísticos foram reportados pelos bancos licenciados para operarem em Timor-Leste doze relatórios sobre transações consideradas suspeitas, os quais foram encaminhados à instituição competente com poderes para investigar o assunto.

Durante o período o total dos ativos do sistema bancário atingiu os 405,4 milhões de USD, um aumento de 30,5% relativamente ao período anterior.

Os empréstimos aumentaram 17,4% mas o crédito “mal parado” aumentou 8,6%, principalmente devido a reclassificações de créditos. Este crédito representa agora 38,8% do total dos créditos mas estão caucionados por reservas, pelo que não constituem um perigo para a estabilidade do sistema financeiro.

O montante total dos depósitos, o principal recurso de que se servem os bancos para concederem empréstimos, atingiu os 274,2 milhões de USD, sendo 68% dos ativos dos bancos. Aquele valor significa uma diminuição de 5,1% relativamente a Junho de 2010.

O sistema bancário registou no ano financeiro um retorno relativamente aos ativos de 0,67%, contra os 0,77% do ano anterior. A diminuição verificada fica a dever-se principalmente ao aumento dos ativos que se verificou no período.

Os bancos continuam a manter um rácio de liquidez superior ao mínimo exigido pela ABP.

Sistema de Informação de Registo de Crédito

Para além das atividades desenvolvidas, a ABP foi também o responsável pelo acompanhamento do Sistema de Registo de Crédito. Este visa assistir as entidades que nele participam na tomada de decisão sobre o risco que correm ao conceder um determinado crédito, melhorando assim a cultura de crédito em Timor-Leste ao torná-lo mais credível e seguro. O sistema foi lançado no final do ano financeiro de 2009-10 (13 de Abril de 2010) com um total de 8163 informações de crédito e tem estado em contínua operação desde então recolhendo informações quer sobre créditos quer sobre clientes dos mesmos coligidas pelas entidades participantes.

O Sistema, logo que recebe informações relevantes, processa-as imediatamente num relatório de crédito que pode ser consultado pelas entidades participantes através da WEB a fim de avaliarem o risco de crédito dos seus clientes. Controlos de qualidade e de segurança estão imbuídos no sistema ao longo dos seus diversos passos a fim de evitar que este tipo de informações, por natureza delicada, possa vir a ser acedido por pessoas não autorizadas para tal.

Presentemente o sistema dispõe de 11279 informações demográficas e 12443 informações de crédito.

Uma síntese do sistema bancário de Timor-Leste

De uma maneira geral, as condições financeiras do sistema bancário do país durante o ano em análise podem ser consideradas como saudáveis apesar do nível, que se reconhece elevado, de “crédito mal parado”. Este, no entanto, não afeta a solidez do sistema por ser, em geral, uma “herança” do período de instabilidade política de 2006 e, principalmente, por estar coberto por reservas constituídas num montante de cerca de 64 milhões de USD (incluindo as reservas gerais).

O sistema bancário era composto, no fim de Junho de 2011, por 3 agências de bancos internacionais e pela Instituição de Micro-Finanças (entretanto convertida em banco de capitais totalmente públicos com a designação de Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste). Além destas instituições bancárias existia um número limitado de ONGs não sujeitas ao regulador que se dedicam ao microcrédito.

ESTRUTURA DOS ATIVOS DO SISTEMA BANCÁRIO DE TIMOR-LESTE

	Junho 2010 (mil USD)	% do total dos ativos	Junho 2011 (mil USD)	% do total dos ativos
Dinheiro e balanço na ABP	26.201	8,4	37.771	9,3
Depósitos em outros bancos	225.898	72,7	294.693	72,7
Empréstimos	48.669	15,7	63.835	15,7
Ativos fixos	3.804	1,2	3.929	1,0
Outros ativos	6.205	2,0	5.223	1,3
TOTAL	310.777	100,00	405.451	100,0

Durante o período em análise as responsabilidades (passivo) do sistema bancário atingiu os 407,7 milhões de USD e o capital 2,3 milhões. As responsabilidades totais do sistema aumentaram 28,1% entre Junho/2010 e Junho/2011.

As principais componentes são os depósitos dos clientes bem como de outros bancos. O montante dos depósitos dos clientes atingiu os 274,2 milhões, sendo 51% depósitos à ordem, 40% depósitos de poupança e 8,6% de depósitos a prazo. Por sua vez, os depósitos de outros bancos atingiram 110 milhões de USD.

ESTRUTURA DO PASSIVO DO SISTEMA BANCÁRIO DE TIMOR-LESTE.

	Junho 2010 (mil USD)	% do total do passivo e capital	Junho 2011 (mil USD)	% do total do passivo e capital
Devido à ABP	3.724	1,2	19.431	4,8
Depósitos de outros bancos	21.381	6,9	110.236	27,2
Depósitos de clientes	288.936	93,0	274.167	67,6
Outros	4.417	1,4	3.957	1,0
Capital	(-) 7.680	(.) 2,5	(-) 2.340	(-) 0,6
TOTAL	310.778	100,00	405.451	100,0

Rentabilidade do sistema

No ano financeiro em análise o rendimento líquido após impostos do conjunto do sistema bancário aumentou de 2,2 milhões em Junho de 2010 para 2,4 milhões em Junho de 2011 (um aumento de cerca de 7%). No entanto e como já foi referido, o ROA (*Return on Assets*) desceu (marginalmente) de 0,77% para 0,67% em resultado do grande aumento dos ativos.

A principal fonte de receitas do sistema é a cobrança de juros, que atingiu este ano 5,2 milhões (44,8% do rendimento operacional), mais 28% que no ano anterior. 82,2% deste volume de juros proveio dos empréstimos e adiantamentos concedidos aos clientes e aumentou 43% relativamente ao ano anterior.

O rendimento não operacional foi de 6,4 milhões de USD durante o ano terminado em fim de Junho/11, representando um aumento de 95% em relação a um ano antes e 55,4% do rendimento operacional bruto.

Entretanto, as despesas do sistema com o pagamento de juros relativamente ao total das despesas baixaram de 5,9% para 3% do ano financeiro anterior para o agora analisado (2010-11).

3.2.2 - Operações Bancárias e Sistema de Pagamentos

O Departamento de Operações Bancárias e Sistema de Pagamento desempenha um papel crucial na estrutura da ABP e, mesmo, na economia nacional pois é ele que tem a responsabilidade de assegurar que esta, nomeadamente através do sistema bancário, seja abastecida dos meios de pagamento (moeda, incluindo notas e moeda metálica) necessários à realização das transações e, por isso, ao crescimento económico do país.

O DOBSP é o responsável pelo abastecimento em notas e moedas da economia nacional bem como pela operação da Câmara de Compensação de Díli, onde os vários bancos comerciais trocam entre si cheques e notas de pagamento dos seus clientes de modo a saldar estas.

Síntese das operações da Câmara de Compensação de Díli

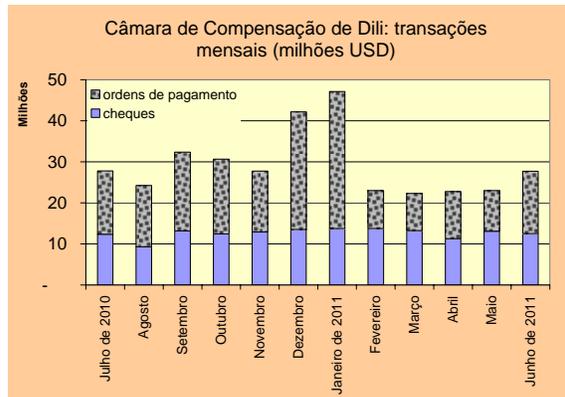
O quadro seguinte mostra o número de itens e o respetivo valor transacionados através da Câmara de Compensação de Díli durante o ano financeiro 2010/11. No total foram transacionados 19,7 mil cheques num valor global de 151,4 milhões de USD, um aumento de 22% relativamente ao valor do ano financeiro anterior. Este pode ser considerado um indicador indireto do aumento da circulação monetária e da própria atividade económica --- tudo remetendo para um acelerar da inflação como vimos no capítulo anterior.

Câmara de Compensação de Díli: transações mensais				
Mês	Cheques		Notas de pagamento	
	Volume	Valor (em USD)	Volume	Valor (em USD)
Julho de 2010	1.701	12.380.852,77	1.434	15.406.445,03
Agosto	1.498	9.290.154,50	1.153	14.953.715,17
Setembro	1.604	13.165.427,22	1.815	19.187.896,63
Outubro	1.606	12.430.022,77	1.520	18.223.929,30
Novembro	1.550	12.917.117,99	1.213	14.822.877,60
Dezembro	1.839	13.517.799,70	2.307	28.670.654,02
Janeiro	1.519	13.747.925,46	1.795	33.378.456,11
Fevereiro	1.621	13.740.526,65	723	9.233.486,72
Março	1.827	13.274.244,93	1.102	8.995.859,03
Abril	1.549	11.290.614,47	1.216	11.476.899,95
Maió	1.637	13.097.780,29	1.193	9.886.993,60
Junho	1.771	12.525.289,60	1.631	15.185.177,11
Total	19.722	151.377.756,35	17.102	199.422.390,27
Mês	Cheques devolvidos		Notas de pagamento devolvidas	
	Volume	Valor (em USD)	Volume	Valor (em USD)
Julho de 2010	24	632.003,01	18	120.164,59
Agosto	29	992.602,25	20	185.926,99
Setembro	26	1.054.651,27	48	148.078,91
Outubro	25	487.653,26	37	503.808,98
Novembro	19	232.534,90	36	117.117,21
Dezembro	35	613.944,20	55	414.303,03
Janeiro	29	364.810,81	46	784.232,53
Fevereiro	28	185.902,06	26	85.015,21
Março	37	454.495,73	36	423.459,96
Abril	26	227.780,75	23	98.274,94
Maió	30	748.745,00	27	44.540,56
Junho	25	537.017,94	22	55.640,18
Total	333	6.532.144,18	394	2.980.563,09

Entretanto, as notas de pagamento foram 17,1 mil e atingiram um valor de 200 milhões de USD, uma redução de cerca de 10% face ao ano passado, quando tinham sido de 220 milhões de USD. O “pico” destas regista-se em Dezembro e Janeiro, correspondendo ao encerramento das contas públicas do ano fiscal de 2010.

Os cheques devolvidos foram apenas 333 num total de quase 20 mil.

Os pagamentos efetuados pela ABP no ano financeiro de 2010/11 nas transações em dinheiro, sem envolver dinheiro e transferências internacionais de fundos feitas através dos bancos comerciais podem ser vistos no quadro abaixo:



1. TRANSAÇÕES EM DINHEIRO	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Depósitos de dinheiro	75.311	299.524.393,06	92.252	341.587.579,88	95.425	360.047.469,08	133.182	375.242.236,46
Levantamentos de dinheiro	110.859	260.486.958,26	134.939	296.298.099,75	124.334	299.341.711,06	166.724	288.494.872,30
Número de contas à ordem	408		243		4.329		4.416	
Número de contas de poupança	4.280		2.262		28.860		31.150	
Número de contas a prazo	111		142		859		920	
número de outras contas	277		1.022		16.774		16.620	
Número de ATMs/Number of ATMs	17		17		17		18	
Número de cartões para uso em ATM/POS	1.446		1.410		1.688		2.190	
Levantamentos em ATMs	158.768	10.417.293,00	958.570	31.209.500,00	213.255	28.198.375,00	188.293	22.101.084,00
Número de terminais POS	47		45		48		32	
Transações em Pos (EFTPOS cartões de débito)	241	36.018,25	280	46.018,93	153	43.312,34	154	44.167,00
Transações em Pos (EFTPOS cartões de crédito)	2.255	1.291.583,70	1.829	1.044.025,57	1.944	1.117.409,15	2.334	1.338.788,00
2. TRANSAÇÕES NÃO EM MOEDA								
Cartões de crédito			0		0		0	
Transações com cartões de crédito - locais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transações com cartões de crédito - estrangeiros	18.952	5.329.180,00	16.801	5.033.780,00	16.774	4.702.610,00	18.025	5.099.875,00
Transações com cheques (internas ao mesmo banco)	13.804	209.080.587,69	13.279	190.826.650,00	19.746	268.109.545,13	20.092	258.491.137,48
Transações em cheques (recebidos via clearing)	4.778	29.299.282,48	4.859	38.380.139,94	4.966	40.754.839,86	4.910	34.362.684,01
Transações em cheques (recebidos fora do clearing)	0	0,00	0	0,00	8	1.858.000,00	33	4.843.748,96
Transações em cheques (enviados via clearing)	4.727	34.539.239,49	4.997	39.366.790,10	4.966	42.003.552,83	4.874	38.129.000,09
Transações em cheques (enviados fora do clearing)	0	0,00	0	0,00	1	400.000,00	2	670.000,00
Operações de transferência de créditos (no mesmo banco)	1.363	38.974.576,16	1.498	35.772.761,53	3.169	50.850.676,85	2.668	44.851.473,86
Operações de transferência de créditos (recebidos via clearing)	4.295	49.954.976,56	4.816	64.828.860,66	3.676	52.638.052,12	3.916	35.203.936,45
Operações de transferência de créditos (recebidos fora do clearing)	437	95.582.665,79	767	147.158.005,15	347	89.114.126,14	487	97.241.535,89
Operações de transferência de créditos (enviados via clearing)	648	17.539.682,32	584	14.782.207,61	935	15.773.179,07	946	11.381.926,26
Operações de transferência de créditos (enviados fora do clearing)	42	61.365.529,20	37	17.554.136,23	64	65.304.562,78	62	44.444.073,87
3. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE FUNDOS								
Entradas - SWIFT	3.807	97.784.438,02	4.239	103.583.074,65	3.956	123.146.254,56	4.304	189.696.951,88
Entradas - não SWIFT	116	3.571.425,11	123	1.680.026,15	113	1.535.487,82	152	2.552.236,40
Saídas - SWIFT	4.793	135.804.740,91	4.924	137.896.656,30	4.754	182.192.895,95	4.729	271.538.156,97
Saídas - não SWIFT	2.371	60.522.722,67	2.511	74.395.766,52	2.381	76.018.936,85	2.360	77.641.080,45

Atividades relativas ao uso da moeda

Durante o período 2010-11 a ABP organizou um programa de educação e conscientização públicas sobre o uso do dinheiro bem como ações de treino relativas à moeda contrafeita (moeda falsa). O principal objetivo deste programa foi o de, através dos jornais locais, fornecer informação ao público sobre as novas, redesenhadas, notas de 100 USD de modo a que ele conheça o dinheiro em circulação e seja capaz de detetar notas (e moedas) falsas. Pretendeu-se também incentivar o uso privilegiado de notas em bom estado de conservação, levando as populações, nomeadamente em meios rurais, a trocar notas muito usadas por outras de boa aparência, contribuindo indiretamente para impedir a circulação de notas falsas.

Este programa também forneceu informação atualizada sobre as novas notas de 100 USD através dos *media*, como foi o caso da TVTL e das rádios regionais que cobrem todos os distritos e áreas rurais. Um dos aspetos salientados neste programa foi o das características principais das notas e moedas e o que o público deve fazer no caso de detetar uma nota ou moeda falsa --- dirigir-se ao banco comercial mais próximo ou participar às autoridades policiais.

No quadro deste programa a ABP tem retirado de circulação e substituído por notas e moedas novas as que estão mais degradadas. Ao mesmo tempo, informou-se o público de que deixaram de estar em circulação as notas americanas de “chapas” mais antigas (com a efígie mais pequena), pelo que estas deixaram de ser aceites como forma de pagamento em Timor-Leste. Tais notas também NÃO são recebidas pela ABP, pelo que os seus detentores perdem a totalidade do seu valor facial. Esta medida foi sugerida pelas próprias autoridades monetárias americanas como forma de combater a circulação de notas falsas de USD nesta região do mundo.

Alguns detalhes deste programa de informação do público são como segue:

1 – Regiões cobertas

O programa cobriu oito dos treze distritos do país: os 3 distritos fronteiriços (Maliana, Covalima e Oecusse) e os distritos de Baucau, Viqueque, Lospalos, Manatutu e Díli. Ele foi concebido e implementado com caráter prioritário e como medida preventiva da circulação de moedas e notas falsas bem como para informar sobre a não receção, pela ABP, das notas com a “cara pequena”.

2 - Materiais de apresentação e treino

A ABP produziu material de informação em língua Tétum subordinado ao tema “Kõñese Diak Liu Osan Tahan” que foi usado nos três distritos fronteiriços. A ABP realizou também ações de treino para os participantes nas sessões de apresentação do material. Estes incluíam líderes das comunidades, gestores de agências bancárias locais, responsáveis pelas Finanças nos distritos, agentes da PNTL e da Alfândega.

3 – Posters e brochuras distribuídas

Integrado nos seus planos de informação pública, a ABP distribuiu *posters* e brochuras sobre as características das notas e moedas e visitou lojas e supermercados para deixar informação sobre as notas de dólar com as “caras pequenas” que já não são aceites e sobre o novo desenho das notas de 100, 20, 10 e 5 USD. O novo desenho das notas de 100 USD foi também divulgado através dos jornais locais.

Foram igualmente distribuídas brochuras e *posters* reproduzindo as notas (com “cara grande”) atualmente aceites em Timor-Leste para o pagamento das transações. Simultaneamente foi feita uma campanha para dinamizar o uso das moedas de 1 centavo nas transações do dia-a-dia, nomeadamente no distrito de Díli.

Foi também disponibilizada na página da ABP na web informação, em 3 línguas, sobre “conheça a sua moeda”. Nessa página foi também divulgada informação em tétum e inglês sobre notas danificadas (incluindo parcialmente mutiladas) e como lidar com elas.

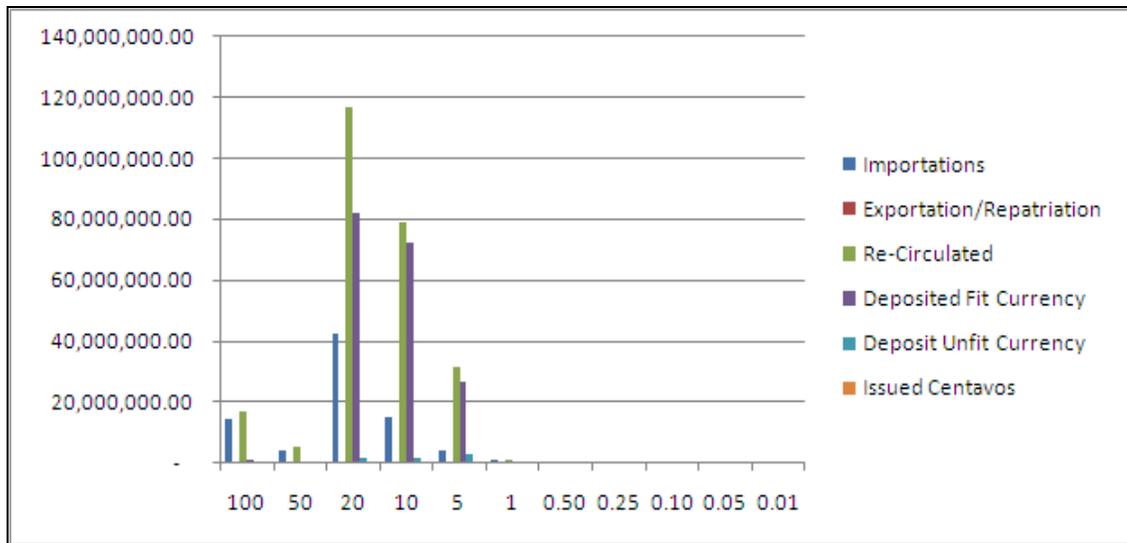
Transações de Moeda

O quadro seguinte mostra o valor das transações de moeda efetuadas pela ABP durante o ano financeiro de 2010/11.

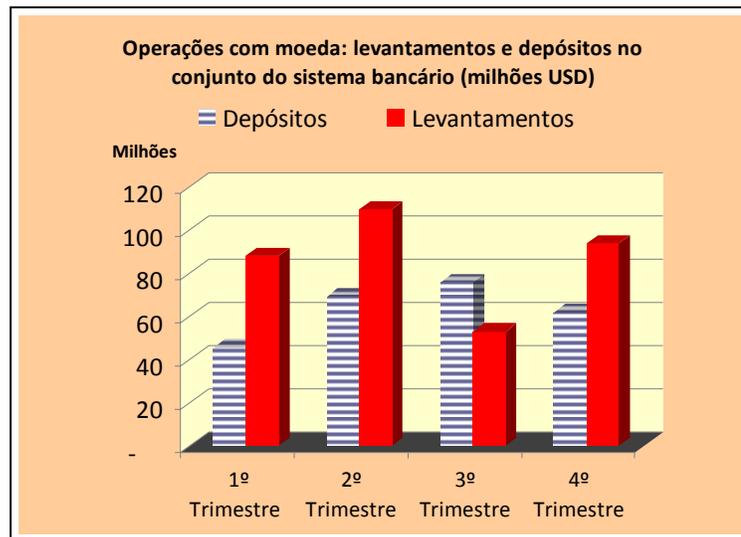
Unidade: USD

Trimestres	Importação	Exportação	Re-circulação	Moeda/notas boas em cofre	Moedas/notas em más condições em cofre	Moedas emitidas de “centavos”
1º Trimestre	38.400.000	-	88.113.030,00	45.556.142,00	226.000	195.000
2º Trimestre	42.368.000	-	109.880.984,50	67.427.772,50	2.015.000	108.000
3º Trimestre	-	-	53.233.693,00	70.958.633,00	5.254.000	267.000
4º Trimestre	17.760.000	6.800.000	93.966.810,00	44.058.280,00	18.147.000	91.480
TOTAL	98.528.000	6.800.000	345.194.517,50	228.000.827,50	25.642.000	661.480

O gráfico abaixo dá os detalhes das transações efetuadas por cada denominação (quantidade de notas, e não o valor das mesmas; i.e., por exemplo, no período foram colocadas em circulação quase 120 milhões de novas notas de 20 USD e 80 milhões de notas de 10 USD):



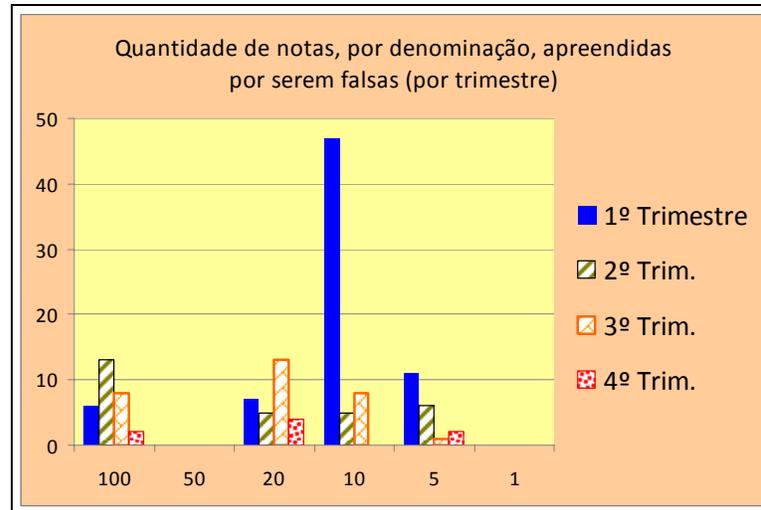
O gráfico abaixo mostra os depósitos e levantamentos de moeda durante o período 2010-11:



C – Unidade de moeda falsificada

Tal como reportado anteriormente, esta unidade fez apresentações sobre a questão da moeda/notas falsificada(s) para treino de líderes comunitários, gerentes de balcões de bancos nos distritos, funcionários distritais de Finanças, PNTL (Polícia) e funcionários das alfândegas em três distritos do país: Maliana, Suai e Oecussi.

O treino foi integralmente conduzido em tétum e o seu tema foi “Koñese Diak Liu Osan Tahan” [Conhece bem as nossas notas]. O objectivo foi socializar a informação sobre o assunto (distinguir notas boas de falsas) particularmente junto dos agentes das entidades que mais diretamente podem ser envolvidos na deteção e apreensão de notas falsas, como é o caso da Policial Nacional e os funcionários das Alfândegas.



Serviços bancários

O quadro seguinte sumaria os pagamentos em moeda feitos pela Divisão de Operações Bancárias durante o período do ano financeiro em análise.

Mês	Nº total de itens	Valor (USD)	média de itens/dia	média do valor/dia (USD)	Valor médio por item (USD)
Julho 2010	612	6.436.764,09	28	292.580,19	10.517,59
Agosto 2010	563	7.355.255,36	28	367.762,77	13.064,40
Setembro 2010	665	5.684.683,48	33	284.234,17	8.548,40
Outubro 2010	563	6.449.918,85	27	307.138,99	11.456,34
Novembro 2010	529	5.897.067,12	29	327.614,84	11.147,57
Dezembro 2010	810	12.022.406,02	43	632.758,21	14.842,48
Janeiro 2011	327	4.236.259,20	16	201.726,63	12.954,92
Fevereiro 2011	328	3.246.384,77	16	162.319,24	9.897,51
Março 2011	1.457	4.104.087,03	66	186.549,41	2.816,81
Abril 2011	1.703	5.555.082,12	95	308.615,67	3.261,94
Mai 2011	1.591	7.278.971,66	76	346.617,70	4.575,09
Junho 2011	682	4.782.715,03	34	217.396,14	7.012,78

Serviços de pagamentos

Os serviços de pagamentos fornecidos pela ABP podem ser divididos em duas categorias: internos/nacionais; e internacionais. Os pagamentos nacionais dividem-se, por sua vez, em duas categorias consoante os valores envolvidos em cada um: “Pagamentos de Grande Valor” e “Valores transferidos através da Câmara de Compensação de Díli”. Os pagamentos internacionais dividem-se em “entrados” e

“saídos” conforme correspondam a valores recebidos do estrangeiro ou pagos ao estrangeiro através dos bancos correspondentes da ABP.

Além destes os movimentos internacionais de dinheiro podem ser efetuados através do sistema SWIFT, sendo compostos de operações do governo, de bancos comerciais e da ABP.

O quadro abaixo mostra as estatísticas dos pagamentos durante o ano financeiro 2010-11.

Mês	Pagamentos internos				Pagamentos internacionais			
	Transações internas de grande volume		Valores transferidos internamente através da Câm. Compensação*		Transferências para o estrangeiro*		Transferências do estrangeiro	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Julho 10	110	15.533.987,55	1210	10.520.406,06	134	42.890.381,06	9	4.042.120,42
Agosto 10	132	48.303.429,31	975	8.579.914,95	65	39.516.355,42	9	10.063.481,34
Setembro 10	211	33.967.275,51	1617	15.091.408,52	88	39.685.404,80	8	5.098.966,02
Outubro 10	194	28.019.285,01	1330	13.070.878,96	135	56.605.633,44	9	1.182.053,75
Novembro 10	191	58.509.960,41	1078	10.622.694,16	61	54.553.693,67	6	61.127,50
Dezembro 10	418	61.718.009,30	2004	23.713.008,66	115	102.128.364,41	8	1.107.821,98
Janeiro 11	141	48.858.437,99	1584	28.943.535,07	79	129.351.132,38	8	220.369,40
Fevereiro 11	126	14.088.096,34	513	4.880.571,28	114	34.563.386,79	3	2.036.043,69
Março 11	205	32.260.379,31	853	4.582.664,75	129	48.915.634,07	6	5.043.031,60
Abril 11	168	22.845.542,46	984	7.565.114,89	110	178.252.737,55	9	4.053.433,50
Mai 11	262	33.882.754,41	928	6.560.066,22	76	38.720.390,35	9	5.572.896,48
Junho 11	290	40.366.572,98	1406	10.882.778,28	89	126.895.292,04	11	8.175.354,76
Total	2448	438.353.730,58	14482	145.013.041,80	1195	892.078.405,97	95	46.656.700,44

O número e o valor dos pagamentos por conta do Governo através do sistema de operações internas de grande valor representaram, respetivamente, 91,7% e 89,9% dos respetivos totais. Os pagamentos interbancários representaram 4,1% e 9,9%, respetivamente, e a diferença corresponde aos valores da responsabilidade da ABP.

Quanto aos valores transferidos com recurso à Câmara de Compensação de Díli, 98,7% e 99,7%, respetivamente, foram executados pela ABP em nome do Governo. Os restantes foram da responsabilidade da própria ABP.

Os pagamentos por conta do Governo representaram 87,9% do número e 39,1% do valor total dos pagamentos ao exterior enquanto 7,4% do número e 60,7% do valor foram por conta dos bancos comerciais. As quantidades e valores restantes foram da responsabilidade da ABP.

Quanto aos valores das entradas de dinheiro, 68% das operações e 2,4% do seu valor total estiveram relacionados com a atividade do Governo enquanto 24% dos itens e 97,2% do seu valor foram da responsabilidade dos bancos comerciais e o restante da ABP.

Da consulta do quadro acima resulta evidente que, como seria de esperar por se tratar do período de fecho das contas públicas relativas ao ano fiscal de 2010, os meses de Dezembro de 2010 e de Janeiro de 2011 foram os de maior movimentação de valores, com cerca de 1/3 do total do período.

3.2.3 - Fundo Petrolífero

Desde a formação do Fundo Petrolífero em 2005 que a ABP, como gestora operacional do Fundo, atua continuamente para desenvolver sistemas confiáveis de gestão e um quadro robusto de controlos e procedimentos cobrindo as muitas responsabilidades associadas à gestão de um fundo de investimento financeiro com muitos milhões de dólares no seu ativo. A dimensão cada vez maior do Fundo Petrolífero e a intenção do Governo de alargar o tipo (e a proporção entre os tipos) de investimentos suscetíveis de serem

realizados traz novos desafios à ABP. A gestão de ativos financeiros é uma tarefa complexa. Desenhar e aplicar controlos apertados a cada passo é importante e leva tempo. Por isso a ABP começou a implementar, durante o ano em análise, o programa “Excelência na Gestão”.

O Programa baseia-se numa exaustiva revisão dos procedimentos internos de gestão dos investimentos tal como efetuada pela ABP que foram “ligados” aos padrões e guias para a ação estabelecidos pela Federação Internacional de Contabilistas [*International Federation of Accountants*], o Centro para a Excelência Fiduciária [*Centre for Fiduciary Excellence*], a *US Securities Industry and Financial Markets Association*, a União Europeia e as associações de contabilistas da Austrália e do Reino Unido.

Porque os ativos do Fundo Petrolífero são as principais reservas financeiras de Timor-Leste, a ABP está particularmente consciente do seu papel enquanto banco central do país na gestão daquelas reservas de acordo com padrões internacionais de elevada qualidade de gestão. A confiança dada por Lei à ABP cria uma relação especial entre a instituição e os seus restantes parceiros no Fundo Petrolífero, nomeadamente o Governo, em geral, e o Ministério das Finanças, em particular, os atuais e futuros cidadãos de Timor-Leste e os seus representantes eleitos no Parlamento Nacional. Assim sendo, o Programa reflete o compromisso da ABP em criar e implementar elevados níveis de gestão de investimentos e de responsabilidade e transparência perante os seus parceiros.

Em Setembro de 2010, na sequência da aprovação pela Ministra das Finanças, a ABP designou a firma *Schroder Investment Management Limited (Schroders)* como o primeiro gestor externo de títulos de rendimento variável (ações) com o mandato de as suas funções serem implementadas no início de Outubro de 2010.

Com esta nomeação o Fundo ficou com dois gestores externos: o Banco de Pagamentos Internacionais gere 20% do capital total do Fundo tomando como referência uma *benchmark* de títulos de rendimento fixo (ex: obrigações do Tesouro americano); e a Schroders gere 4% do Fundo aplicado em títulos de rendimento variável (ex: ações de grandes empresas internacionais) tendo como *benchmark* uma seleção de títulos de 23 mercados de países desenvolvidos.

Com a designação de dois gestores externos e a perspectiva de outros se lhes juntarem, a ABP desenvolveu políticas e procedimentos para a monitorização regular do desempenho dos gestores, cobrindo quer aspetos financeiros que aspetos operacionais.

Durante o ano a ABP selecionou também um painel de três gerentes de transição especialistas. Estes gerentes administrarão realocação dos maiores recursos e fluxos monetários. Membros do painel de transição também podem fornecer administração interina no evento que um gerente existente é terminado antes de um novo pode ser designado.

Foi também assegurada o acompanhamento e monitorização de outros fornecedores externos de serviços de modo a assegurar que os serviços prestados o foram de acordo com os acordos de prestação de serviços estabelecidos.

Em Março de 2011 o retorno do *portfolio* global do Fundo era de 3,29%, enquanto o retorno correspondente da *benchmark* foi de 3,31%. O retorno desde o início do Fundo foi de 4,18%, enquanto o da *benchmark* foi de 4,22%. A proximidade de ambos os valores é uma demonstração da boa qualidade de gestão do Fundo.

3.2.4 - Administração

O Departamento de Administração da ABP cobre um conjunto variado de atividades de apoio ao regular funcionamento da Instituição, desde a gestão de pessoal ao aprovisionamento de materiais e à segurança das instalações, por exemplo.

1 – Gestão de Pessoal

Uma das principais funções da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração durante o ano financeiro em análise foi a implementação do Sistema de Melhoria do Desempenho do pessoal da ABP. Esta decorre há mais de um ano e podemos dizer, com orgulho, que tem sido um sucesso. O Sistema é seguido, de forma continuada, por todos os escalões do pessoal da Autoridade, sendo todos objeto de uma avaliação no final do ano financeiro. A avaliação feita pelos supervisores é objetiva, com base nas tarefas efetivamente desempenhadas pelo pessoal de todos os escalões, do mais baixo ao próprio Diretor Geral, tarefas essas que estão explicitamente determinadas.

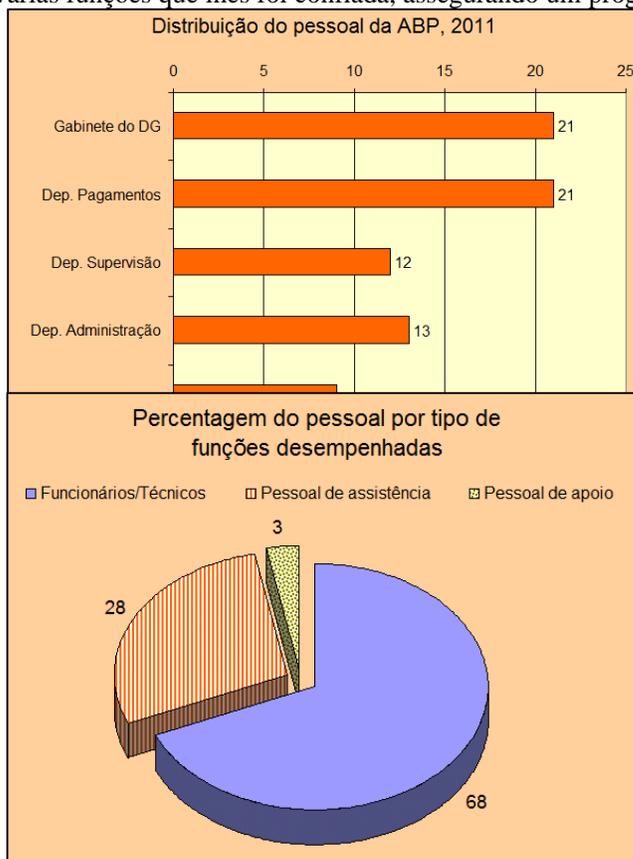
Esta avaliação contínua do desempenho é muito importante não só a nível individual --- ajudando a definir a carreira dos vários funcionários --- mas também ao nível da instituição em geral, possibilitando detetar os pontos fracos do seu funcionamento e procurar soluções que permitam melhorá-lo.

A avaliação efetuada neste ano indica que a maioria dos empregados conseguiu desempenhar as várias funções que lhes foi confiada, assegurando um progresso normal da sua carreira e, por consequência,

o progresso da própria instituição como líder do bom desempenho em Timor-Leste. Foi, portanto, uma avaliação positiva.

O número total de empregados da ABP diminuiu ligeiramente ao longo do período (de 79 para 76). A diminuição foi motivada por opções individuais dos funcionários quanto à sua carreira profissional e vida familiar e não por decisão da ABP. Foi contratado um motorista para serviço do Diretor-Geral.

A passagem da ABP a Banco Central de Timor-Leste, com funções acrescidas em relação à primeira, faz prever que venha a aumentar, no futuro próximo, o número de funcionários, particularmente para o Departamento do Fundo Petrolífero, para o Gabinete do (futuro) Governador e para os Departamentos de Supervisão Financeira e de Pagamentos.



2 – Formação de pessoal

Como vem sendo prática corrente da ABP e está bem documentado nos relatórios anteriores, todos os anos a ABP dedica uma parte importante dos seus recursos materiais e humanos a aprofundar a formação dos seus funcionários, preparando-os cada vez mais para o melhor desempenho de mais funções. A formação de pessoal é feita quer na própria instituição quer no exterior e inclui quer a frequência de cursos de curta duração quer a de cursos de mais longa duração (mestrados; cursos de pós-graduação) bem como *on the job training* através, nomeadamente, do apoio dado pelos consultores internacionais ao serviço da Autoridade.

Durante o período coberto por este relatório continuaram as conversações e deu-se a assinatura de um acordo de cooperação com entidades financeiras e Universidades que permitiram que os nossos funcionários fizessem estágios profissionais e seguissem cursos de Mestrado. Um segundo grupo, de cinco técnicos, está presentemente a fazer um mestrado na área financeira numa Universidade da Indonésia. Dois funcionários já terminaram os seus cursos de Mestrado, um em Finanças e outro em Administração Pública, tendo ambos já retomado recentemente as suas funções na ABP.

Durante este ano continuou o programa de cooperação com outros bancos centrais e instituições multilaterais na área da formação, os quais deram apoios vários, nomeadamente financeiro, para a continuação do programa de formação da ABP e par assistência técnica.

Essa formação concentrou-se, em 2010-11, nas áreas da língua inglesa, da segurança, do Fundo Petrolífero e das tecnologias de informação (IT).

<i>Descrição</i>	<i>Funcionários envolvidos</i>	<i>Horas de formação Por curso</i>	<i>Total de funcionários-dias de formação</i>	<i>Datas da realização do curso</i>
<i>Inglês</i>				
<i>Básico</i>	27	60	1620	Set10-Mar11
<i>Avançado</i>	16	60	960	Set10-Mar11
<i>Segurança</i>	16	6	96	10 NOV 10
<i>Fundo Petrolífero (2 cursos)</i>	27	31	376	29Mar11 e 13-15Jun11
<i>IT</i>	3	38	114	Set10-Mar11

3 – Apoio técnico

Para além da formação acima referida, a ABP beneficiou ainda, ao longo do ano, de algumas missões de apoio técnico financiadas pelos nossos parceiros de desenvolvimento.

De destacar a presença durante 12 meses de um conselheiro económico possibilitada pela generosidade do Banco de Portugal. A sua missão foi múltipla, incluindo ajuda na elaboração de relatórios, participação nas discussões de Leis envolvendo o Banco Central, realização de pareceres técnicos, contribuição para a formulação de modelos de determinação da evolução da taxa de inflação e seus determinantes bem como a realização de sessões de formação dos colegas da Divisão de Economia, a que esteve adstrito durante a sua estadia na ABP.

Esteve também entre nós uma técnica do FMI especialista em Balança de Pagamentos que durante duas semanas colaborou na elaboração da Balança de Pagamentos de Timor-Leste ao mesmo tempo que procedeu a formação dos técnicos do banco envolvidos nessa tarefa.

4 – Outras ações

Além das ações anteriores, pessoal da ABP participou em outras atividades, incluindo um seminário sobre a legislação contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo internacional.

Esteve entre nós uma missão do Banco de Portugal que veio inteirar-se das nossas necessidades em diversas áreas que possam vir a ser integradas nos futuros acordos de cooperação entre a ABP-BCTL e aquele banco central da República Portuguesa.